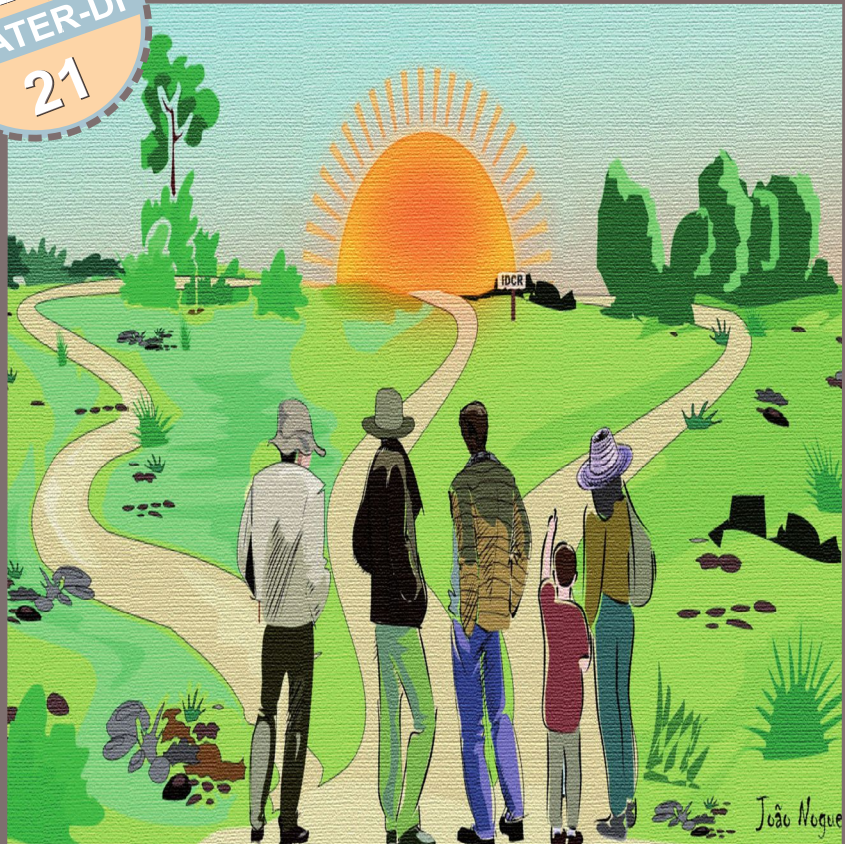


EMATER-DF

VINCULADA À SECRETARIA DE ESTADO DE
AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COLEÇÃO
EMATER-DF
21



Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural

IDCR

Governo do Distrito Federal

José Roberto Arruda

Governador

**Secretaria de Estado de Agricultura,
Pecuária e Abastecimento**

Wilmar Luis da Silva

Secretário

**Empresa de Assistência Técnica e
Extensão Rural do Distrito Federal**

Carlos Magno Campos da Rocha

Presidente

Carlos César Vieira da Luz

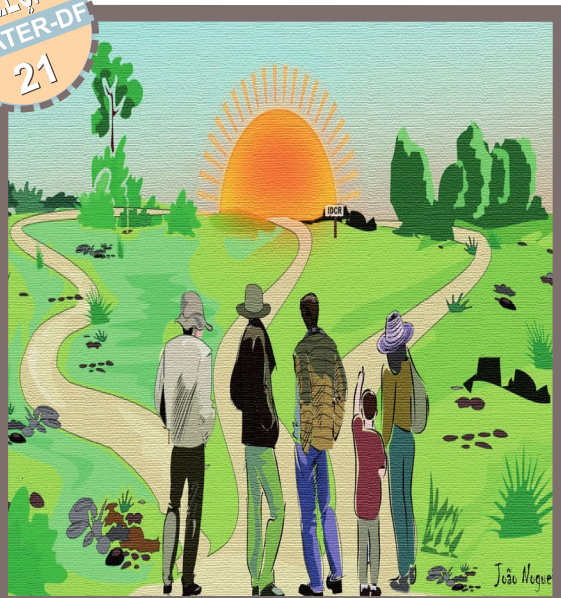
Diretor-Executivo

Missão da EMATER-DF

“Disseminar conhecimentos e formar produtores, trabalhadores rurais, suas famílias e organizações, nos aspectos tecnológicos e gerenciais do sistema produtivo agrícola, visando a geração de emprego, renda e o desenvolvimento rural sustentável.”

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Governo do Distrito Federal

COLEÇÃO
EMATER-DF
21



Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural

IDCR

Sérgio Dias Orsi

Brasília, DF
Agosto de 2009

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos no endereço:

Parque Estação Biológica – Edifício Sede EMATER-DF

CEP 70.620-000 Brasília, DF

Telefone: (61) 3340-3030 Fax: (61) 3340-3074

www.emater.df.gov.br

E-mail (sac): emater@emater.df.gov.br

Comitê de editoração:

Presidente: Sérgio Dias Orsi

Membros: Francisco A. Câncio de Mattos

Marcos Vinicius Ansani

Renilton Santos Guimarães

Ruy Cerqueira de Souza

Vera Lúcia da Silva Colen

Revisão técnica: Luiz Augusto Rocha

Revisão e tratamento de texto: Nilda Maria da Cunha Sette

Ficha catalográfica: Rejane Maria de Oliveira

Capa e diagramação: Douglas C. Sette

Ilustração capa: João Nogueira

1ª edição

1ª impressão 2009: 2.000 exemplares

Proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa autorização.
(Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A485g Orsi, Sérgio Dias.

IDCR: índice de desenvolvimento rural / Sérgio

Dias Orsi. – Brasília : Emater-DF, 2009.

28 p. : il. – (Coleção Emater, ISSN 167 6-9279 ; n. 21)

1. Desenvolvimento. 2. Agentes de desenvolvimento.

3. Comunidade rural. I. Título. II. Série.

CDU 638.1

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
PASSO A PASSO PARA A IMPLANTAÇÃO DO IDCR	10
O que é o IDCR?	10
Quem participa?	10
Como é realizado?	11
Para que serve o IDCR?	12
ETAPAS PARA UTILIZAÇÃO DO IDCR	13
A decisão da comunidade	13
Capacitação	13
Levantamento dos dados e eleição do comitê	14
Sistematização dos dados	15
Análise e interpretação dos dados	15
COMO UTILIZAR OS DADOS DO IDCR	22
Abrangência	22
Constituição e negociação das propostas	23
Controle e gestão social	24
SÍNTESE DAS ETAPAS	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25

APRESENTAÇÃO

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF), vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal (SEAPA-DF), tem a satisfação de apresentar a Coleção EMATER de Publicações Técnicas, criada a partir da seleção dos principais trabalhos publicados pela EMATER-DF desde sua fundação. Esta coleção reúne uma série de temas da atividade agropecuária, fruto da experiência técnico-científica aplicada pelos extensionistas na área rural do Distrito Federal.

Além das atualizações e de cuidadosa revisão técnica, os livretos que compõem a coleção receberam formatação gráfica padronizada e numeração seriada, o que permitirá a sua continuação e colecionamento por nossos usuários.

Os nossos reconhecimentos às pessoas e instituições cuja parceria, ao longo dos anos, possibilitou a elaboração desta coleção.

INTRODUÇÃO

“Comece por fazer o que é necessário,
depois o que é possível e, de repente,
estará a fazer o impossível.”

São Francisco de Assis

Inicialmente a atuação da EMATER-DF promoveu um aumento da produção e da produtividade agropecuária que gerou qualidade de vida, mas, em razão de diversos fatores, comprometeu a sustentabilidade dessa qualidade para as famílias. Isso ocasionou um crescimento insustentável e socialmente desequilibrado, em forma de “dente de serra”, que obrigou a EMATER-DF a rever o seu modelo de atuação.

Até então o foco das ações ficou na assistência à família e à produção rural. Atuou-se pontualmente com os fatores localizados mais “dentro da porteira”, do que conjuntamente com os fatores que estavam tanto dentro quanto fora dela. Sendo que, atualmente, as variáveis de “fora da porteira” determinam com mais rigor o sucesso ou o insucesso dos empreendedores rurais, daí a sua importância estratégica.

Em razão disso a EMATER-DF propõe uma nova estratégia de atuação junto às comunidades rurais, que é trabalhar sistematicamente diversos temas com as organizações sociais e promover diferentes articulações institucionais para fomentar o desenvolvimento do espaço rural.

A proposta pretende abranger o desenvolvimento, com ganhos de patamares mais sustentáveis e não com o formato de “dente de serra”. Para tanto, deve ser realizada a capacitação das pessoas dessas comunidades, a fim de aumentar o entendimento delas com relação à dinâmica multidimensional que ocorre no espaço rural em que vivem. Essa proposta tem como base o levantamento feito na comunidade e o empoderamento de cada segmento de beneficiário,

por meio da sensibilização, do pertencimento, da motivação, do engajamento e da gestão social, a fim de estimular a vontade e o entusiasmo de todos.

Essas ações buscam dotar a comunidade de maior autoridade e autonomia de forma que ela construa seu próprio modelo de desenvolvimento com uma agenda específica, utilizando-se dos recursos que dispõe, para não depender somente de uma agenda política elaborada pelos agentes do poder público, ou da iniciativa privada.

Dessa forma, a metodologia de trabalho apresentada a seguir, denominada Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR), não é um instrumento acabado, mas uma ferramenta de trabalho para aqueles que atuam como agentes do processo de desenvolvimento e da gestão social.

PASSO A PASSO PARA A IMPLANTAÇÃO DO IDCR

O QUE É O IDCR?

O índice de desenvolvimento comunitário rural (IDCR) é uma ferramenta de trabalho utilizado para fazer levantamento de dados de uma unidade análise por meio de vários temas, e propõe um encadeamento metodológico participativo, com vista ao empoderamento do público beneficiário da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a construção coletiva de um plano de intervenção interinstitucional para a comunidade rural.

O relatório-diagnóstico do IDCR, após a sua elaboração, cria um banco de dados e gera um índice de desenvolvimento que varia de zero a um e demonstra, por meio de diversos parâmetros e gráficos, o estado de desenvolvimento sustentável da comunidade. Seus indicadores servem para fazer diversos tipos de controle e acompanhamentos.

QUEM PARTICIPA?

Todos os segmentos de beneficiários da ATER (jovem, mulher, trabalhador, idoso, o empreendedor familiar e patronal), suas organizações e os demais atores e instituições responsáveis pelo processo de desenvolvimento do espaço rural.

COMO É REALIZADO?

A proposta é inicialmente acompanhada da capacitação dos agentes de desenvolvimento da própria comunidade. Isso irá aumentar a capacidade de entendimento deles para a temática do desenvolvimento e os habilita para fazer o levantamento de dados em cada propriedade da comunidade.

Os dados de cada propriedade que compõe a comunidade são agrupados, processados e calculados, gerando o índice comunitário para cada um dos 397 parâmetros investigados.

Com a sistematização dos dados, são elaborados os seguintes índices e gráficos temáticos:

- Bem-estar;
- Cidadania;
- Econômico;
- Apropriação tecnológica;
- Agroecologia;
- Ambiental.

A coletânea dos índices e dos gráficos irá compor o relatório-diagnóstico da situação, que deverá ser posteriormente apresentado e discutido com os segmentos de beneficiários da ATER. A partir dessa restituição, inicia-se o processo de análise dos resultados apresentados e a problematização dos temas e assuntos levantados, com a construção das propostas para superar as vulnerabilidades e aproveitar as potencialidades da comunidade.

Essa estratégia visa principalmente:

- O aumento da capacidade de entendimento das pessoas;
- O empoderamento dos atores do processo de desenvolvimento;
- A elaboração de políticas específicas para a comunidade;
- A articulação das instituições envolvidas no processo de intervenção;
- O desenvolvimento da comunidade rural, em razão da perspectiva dos seus integrantes.

PARA QUE SERVE O IDCR?

As informações geradas pelo IDCR podem ser utilizadas como base para o processo participativo, e também para compor instrumentos de diagnóstico para ação de diversas instituições e agentes de desenvolvimento que atuam na comunidade.

Pode ser utilizado principalmente para:

- Iniciar um trabalho de organização social com os grupos de interesse;
- Conhecer a situação em que vivem as pessoas da comunidade;
- Analisar as potencialidades e vulnerabilidades das comunidades;
- Elaborar diagnósticos, construir estratégias de ação, organizar políticas institucionais e planos de desenvolvimento;
- Fazer a gestão social e institucional do processo de desenvolvimento.

Por trabalhar o IDCR com os segmentos de beneficiários, essa estratégia fomenta os grupos de interesse e ajuda na maturidade desses grupos informais, consolidando-os em grupos formais, tais como: associações e cooperativas. Além de facilitar uma aproximação dos interesses desses segmentos com a forma como estão sistematizadas as políticas nas instituições públicas e privadas que, na sua grande maioria, são pautadas por geração, gênero, segmento produtivo (patronal, familiar etc.) e organizacional.

Os membros da comunidade poderão utilizar os dados do IDCR para construir um plano de ações específico para o seu desenvolvimento, que deve ser fundamentado em parcerias interinstitucionais, para viabilizar uma negociação direta, por meio de facilitadores das instituições, de programas e projetos que irão favorecer a gestão social e o desenvolvimento rural.

As instituições irão utilizar as informações contidas no relatório-diagnóstico do IDCR para mapear e definir aglomerados de vulnerabilidades e potencialidades das comunidades, elaborando políticas mais específicas e otimizando recursos. Ele também

pode ser utilizado para ser a referência de informações no acompanhamento da efetividade e da sustentabilidade das ações realizadas ao longo do tempo.

Com a utilização do IDCR, pode-se avaliar a situação sustentável de comunidades e regiões, em diferentes momentos, ou comparar e avaliar a situação entre diferentes comunidades e regiões ao mesmo tempo.

ETAPAS PARA UTILIZAÇÃO DO IDCR

1ª) A DECISÃO DA COMUNIDADE

O IDCR é iniciado com uma apresentação da proposta aos representantes dos segmentos de beneficiários da ATER de uma comunidade e suas organizações. Se pelo menos uma organização ou dois segmentos aprovarem a proposta, ela poderá ser iniciada. Caso



não se atinja esse quorum é melhor adiar o processo de implantação do IDCR e dar prioridade a elementos que fomentem a organização social para uma nova tentativa no futuro.

2ª) CAPACITAÇÃO

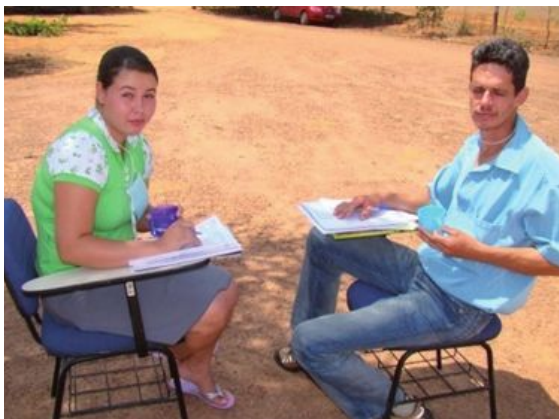
Caso a proposta seja aceita, é realizado treinamento dos representantes dos segmentos de beneficiários e das organizações para torná-los agente de desenvolvimento rural.

O objetivo do treinamento é aumentar a capacidade de entendimento das pessoas com relação ao tema Desenvolvimento, de forma a capacitá-las para realizar o levantamento nas propriedades da comunidade e iniciar a preparação para assumir a gestão social do processo.



3ª) LEVANTAMENTO DOS DADOS E ELEIÇÃO DO COMITÊ

Os agentes aplicam o questionário em todas as propriedades e elegem um Comitê Gestor do processo de implementação do IDCR na comunidade, a fim de acompanhar as ações que foram planejadas.



4ª) SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

De posse dos questionários preenchidos, é feito o processamento dos dados coletados e gerado o valor do índice de desenvolvimento, os gráficos temáticos e diversos indicadores de sustentabilidade da comunidade.

Esses indicadores representam o estado sustentável de cada tema pesquisado e compõem o relatório-diagnóstico da comunidade que, se for o primeiro levantamento realizado na comunidade, passa a ser denominado de IDCR tempo zero (T“0”).



5ª) ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os membros do Comitê Gestor da comunidade são assessorados por uma equipe multidisciplinar na análise e interpretação dos dados do relatório-diagnóstico, para a restituição das informações à comunidade para que sejam problematizadas.



Na Tabela 1 é mostrado o índice de desenvolvimento de 0,395. Inicialmente, existe um grande desafio para elevá-lo próximo de 1 e tornar a comunidade mais desenvolvida.

Tabela 1. Composição do IDCR de uma comunidade do Gama, no Distrito Federal.

Temas	Ponderação	Índice alcançado
Bem-estar	0,20	0,087
Cidadania	0,20	0,119
Econômico	0,20	0,101
Tecnologia	0,13	0,016
Agroecológico	0,13	0,029
Ambiental	0,14	0,043
IDCR	1,00	0,395

Como o IDCR oferece uma variedade muito grande de parâmetros para ser analisado, é importante ter foco nas principais limitações e oportunidades, pois só assim os desafios serão mais fáceis de serem vencidos.

Quando a comunidade tem acesso aos dados e realiza a análise de cada gráfico temático, ela passa a ter elementos para montar o seu próprio plano de desenvolvimento, dentro das suas perspectivas e com os recursos a que ela dispõe e tem acesso.

No IDCR, os gráficos estão sistematizados por temas, e quanto maior for o sombreamento da mancha vermelha no gráfico, ou mais próximo de 1 for o valor que ele representa, mais sustentável será o indicador do tema no processo de desenvolvimento.

No caso da Figura 1, o tema Cidadania (0,60 e com a maior mancha) é a dimensão mais desenvolvida na comunidade. Além de poder visualizar o estado de cada parâmetro (0,44; 0,60; 0,50; 0,12; 0,23 e 0,31), ainda verifica-se os desequilíbrios que ocorreram entre eles. O tema Cidadania está cinco vezes maior que o da Apropriação Tecnológica, apontando para essa última e as demais que estão vulneráveis – Agroecologia (0,23) e Ambiental (0,31) – a necessidade de uma ação estratégica mais focada.

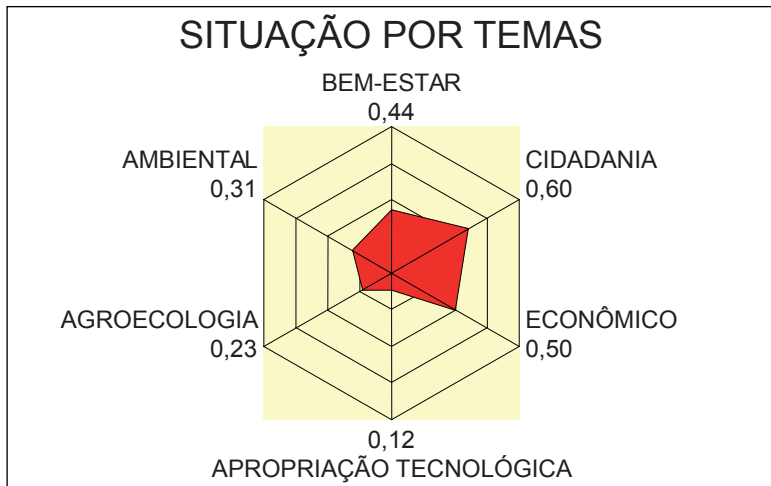


Figura 1. Situação dos seis temas que compõem o IDCR.

Certamente, essa situação oferece elementos para reflexão junto à comunidade de que os temas: Bem-estar, Cidadania e Econômico poderão não ter sustentabilidade, caso não sejam trabalhados com maior ênfase aqueles mais vulneráveis.

A Figura 1 ainda demonstra que a comunidade tem como potencialidades o exercício da cidadania e a inclusão econômica. Se forem trabalhadas as questões contidas nas três maiores vulnerabilidades, provavelmente, num próximo levantamento, o tema Bem-estar e o Índice de Desenvolvimento irão aumentar e aproximar-se do valor 1.

Para auxiliar na estratégia de trabalhar com as principais limitações e potencialidades, o dado do IDCR gera, para cada tema específico citado anteriormente, outros gráficos com parâmetros que irão compor esses temas. Com isso, a análise de cada tema pode ser mais detalhada e oferecer alvos mais específicos para se atuar estrategicamente.

O tema Econômico do gráfico temático da Figura 1 deriva em alguns assuntos que irá compor um novo gráfico (Figura 2), facilitando ainda mais a análise da situação.

Por um lado, verificam-se duas vulnerabilidades que são os Sistemas de Produção e Renda (0,39) e a Comercialização (0,22). Além de ainda se ter duas potencialidades a serem trabalhadas que são a venda de Mão de obra (0,54) e a Segurança Alimentar e Financeira (0,91), como mostra a Figura 2.

Para cada assunto indicado na Figura 2 (Sistema de Produção e Renda, Comercialização, Segurança Alimentar e Financeira, Mão de obra) também são investigados os parâmetros que compõem esses assuntos.

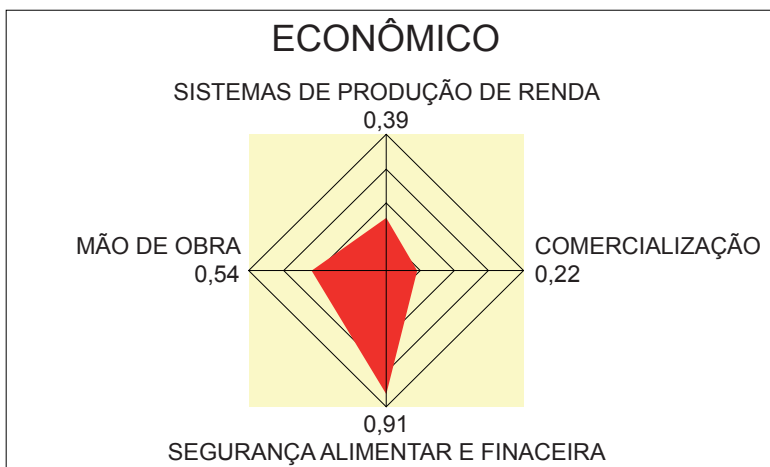


Figura 2. Tema Econômico, composto por quatro assuntos.

Assim, o assunto Segurança Alimentar e Financeira é composto pelos parâmetros Variedades de Alimentos Produzidos pela Família e Fonte de Recurso que Financia a Produção, representados nos gráficos das Figuras 3 e 4.

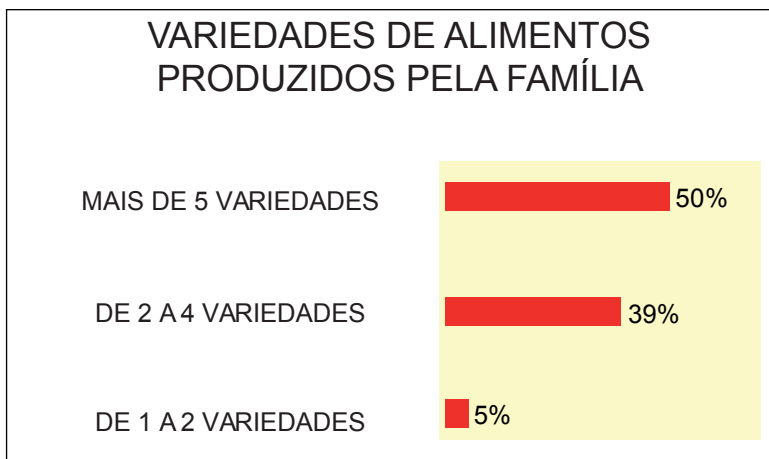


Figura 3. O assunto: Segurança Alimentar e Financeira, composto pelos parâmetros que avaliam a variedade de alimentos produzidos.

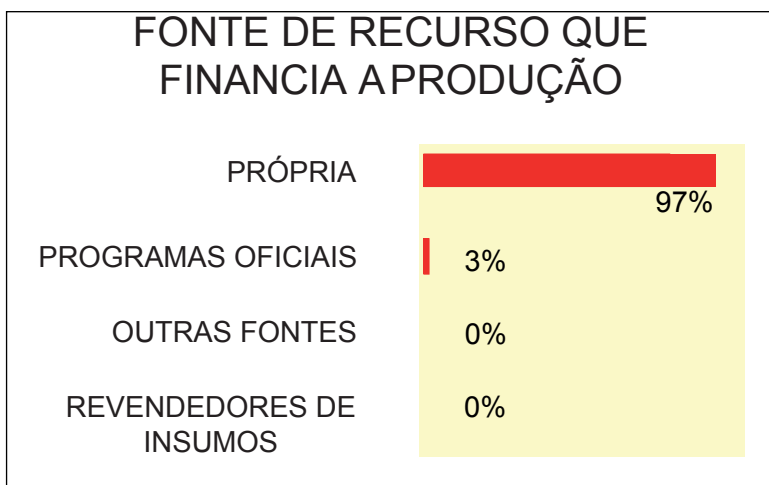


Figura 4. O assunto Segurança Alimentar e Financeira, composto por quatro parâmetros que avalia a origem da fonte de financiamento.

Ao analisar a Figura 3, verifica-se que as famílias da comunidade podem ter um nível bom de segurança alimentar, pois a maioria produz mais de cinco variedades de alimentos. Na Figura 4, observa-se que essas famílias utilizam os seus próprios recursos para financiar a produção na sua unidade produtiva. Se por um lado, elas dependem pouco dos recursos de outras fontes e não as expõem a um alto endividamento, por outro acabam sendo descapitalizadas e perdendo novas oportunidades de investimento e geração de renda. Cabe avaliar com a comunidade o que é mais importante: ter maior sustentabilidade financeira na família ou financiar a safra e aproveitar o dinheiro que seria investido nessa safra, para financiar outras atividades econômicas.

O mesmo procedimento de análise feito com o tema Econômico, em que são investigados os assuntos e parâmetros, também é feito para os demais temas que compõe o IDCR (Bem-estar, Cidadania, Apropriação Tecnológica, Agroecologia e Ambiental), num total de quase 400 elementos pesquisados na entrevista, para serem analisados.

Em razão dessa abrangência sistêmica, os dados do IDCR analisados ainda podem oferecer outras questões para análise, tais como os exemplos das Figuras 5, 6, 7 e 8.

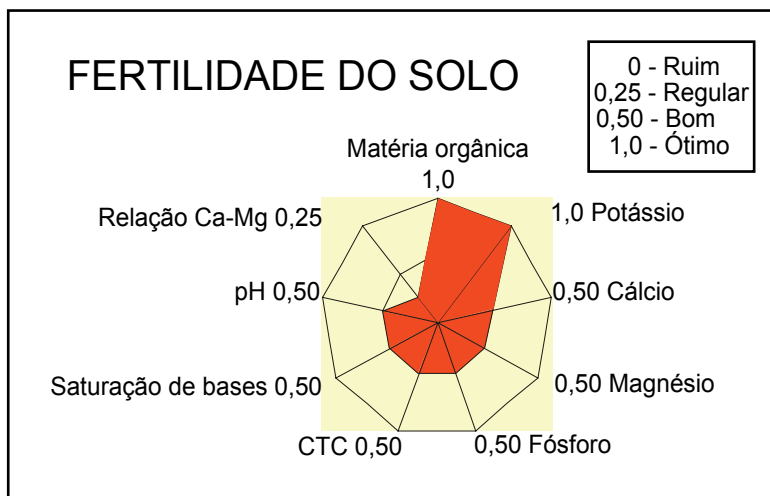


Figura 5. Fertilidade média dos solos das unidades produtivas da comunidade.

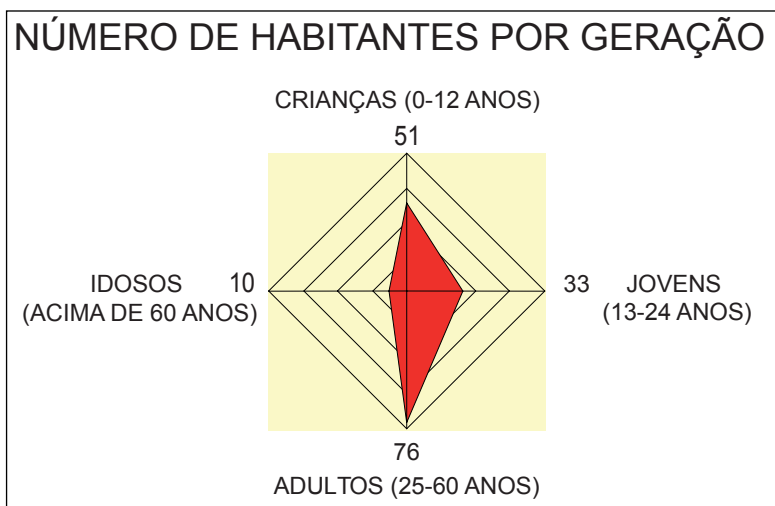


Figura 6. Distribuição de pessoas que compõem as unidades produtivas, por geração.

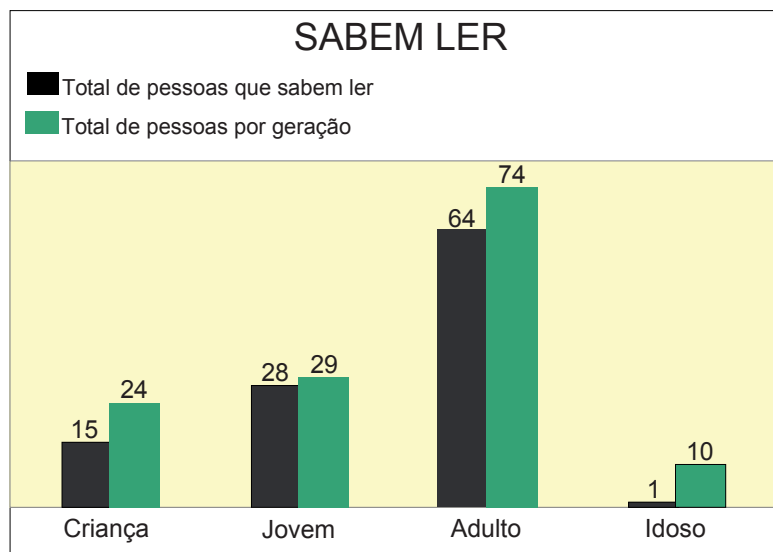


Figura 7. Número de pessoas que sabem ler, por geração.

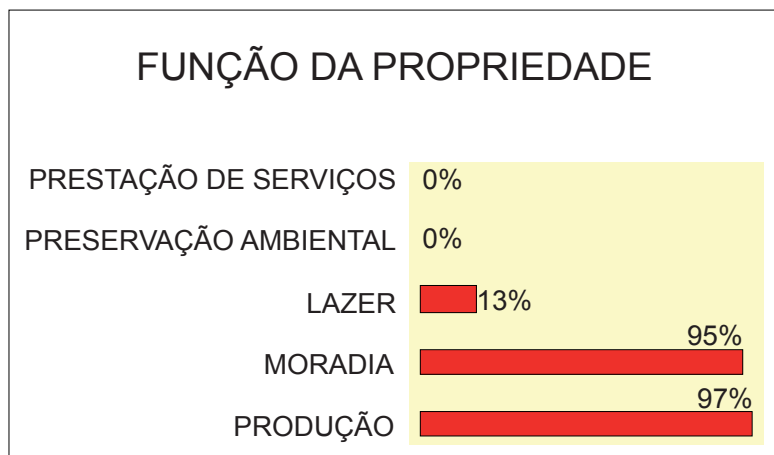


Figura 8. Função da propriedade para a família.

COMO UTILIZAR OS DADOS DO IDCR

ABRANGÊNCIA

A abrangência do IDCR é denominada Unidade de Análise (UA). Ela pode ser desde uma unidade produtiva (ter o IDCR de somente uma propriedade), até uma comunidade ou região de pequeno, médio e grande porte.

O somatório dos índices de diversas comunidades, para um determinado recorte territorial ou unidade de análise, irá compor o valor dos IDCRs mais abrangentes. Conforme a composição do somatório das unidades de análises, o IDCR poderá ser de uma bacia hidrográfica ou de uma Unidade Local da EMATER-DF, ou de uma Região Administrativa (RA), de um Município ou de uma Região (Leste ou Oeste) e até mesmo de todo Distrito Federal/ Unidade Federativa.

Com o somatório dos índices das unidades de análises e sua consolidação, o IDCR fornece elementos para os demais agentes e instituições construir um plano mais abrangente de intervenção no espaço rural (EMATER, Secretarias, GDF etc.).

CONSTRUÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Uma das características do IDCR é a sua versatilidade de uso dos dados que oferece as opções desde o empoderamento dos segmentos de beneficiários da ATER e suas organizações, até para a construção de políticas e programas públicos e privados por diversas instituições.

De posse do relatório-diagnóstico da comunidade, os integrantes de cada segmento de beneficiários da ATER, em conjunto, participam de diversos eventos participativos. Nesses eventos eles fazem a hierarquização e a problematização dos temas eleitos (potencialidades e vulnerabilidades), como forma de esclarecer as oportunidades, as causas e as consequências de cada situação. Com essas informações niveladas com os integrantes da comunidade, é montado o mapa das instituições envolvidas.

O próximo passo é, a partir do mapa institucional, relacionar as ações estratégicas e compor o Plano de Ações Interinstitucional (PAI) da comunidade. Esse plano será utilizado pelas organizações sociais e demais atores do processo de desenvolvimento como pauta de negociação com as instituições envolvidas. Essa negociação tem um evento específico que pode ser coordenado pelo poder público que é denominado de Ação Interinstitucional. Na presença do representante de cada instituição apresenta-se e negocia-se a demanda da comunidade. Nesse momento é solicitada a nomeação de um facilitador da instituição, para ajudar nos trâmites do projeto.

A responsabilidade de apresentar a demanda às instituições fica na dependência da capacidade da organização social da comunidade. Para as comunidades mais organizadas socialmente, são os próprios representantes dos segmentos de beneficiários (desejável). Já para aquelas que são mais vulneráveis, pode ser o agente de desenvolvimento, com os representantes da comunidade (indesejável).

Assim, do mesmo modo que o relatório-diagnóstico do IDCR irá servir para empoderar os integrantes da comunidade, por meio da tomada de consciência e do PAI, ele também pode servir aos demais atores envolvidos no processo de desenvolvimento, para buscar recursos específicos que irão fomentar o desenvolvimento de comunidades com alto índice de vulnerabilidade.

CONSTRUÇÃO DA GESTÃO SOCIAL

O PAI contém uma planilha de acompanhamento que é utilizada para fazer a gestão social do processo de desenvolvimento da comunidade. Essa planilha é disponibilizada na Internet e pode ser acessada por qualquer morador da comunidade ou instituição, para acompanhar o andamento de cada atividade ou projeto.

No início de cada ano, com base nos dados da planilha, é feita uma prestação de contas do andamento do PAI à comunidade para o Comitê Gestor. Também neste momento é reformulado o plano com novas ações estratégicas, a partir da avaliação dos sucessos e insucessos alcançados. Com isso o processo de desenvolvimento passa a integrar o ciclo de planejamento do PDCA (planejar, desenvolver ações, controlar e agir corretivamente), com ganhos de patamares de desenvolvimento (sustentável) em oposição a um crescimento tipo “dente de serra” (insustentável).

SÍNTESE DAS ETAPAS

Para uma comunidade participar deste projeto é necessário que um de seus representantes procure uma Unidade Local da EMATER-DF mais próxima. Com um trabalho conjunto entre os representantes da comunidade e os agentes da Unidade Local da EMATER-DF é feito o planejamento para condução do processo, como sugerido a seguir:

- Solicitar à EMATER-DF uma apresentação da proposta, com a

presença de todos os representantes da comunidade dos segmentos de beneficiários (jovem, mulher, trabalhador, idoso e agricultor familiar e patronal);

- Adesão à proposta do IDCR de pelo menos dois segmentos de beneficiários de uma organização social;
- Construção da proposta de intervenção com os representantes da comunidade e da EMATER-DF;
- Elaboração da planilha de custos dos eventos e ações que serão realizados;
- Locação de recursos para financiar o projeto;
- Retorno do projeto à comunidade e seleção dos agentes locais de desenvolvimento (envolver o maior número possível dos representantes dos segmentos de beneficiários);
- Eleição do Comitê Gestor (com representantes dos segmentos de beneficiários);
- Liberação dos recursos;
- Capacitação dos agentes de desenvolvimento;
- Aplicação das entrevistas;
- Processamento dos dados;
- Preparo das informações;
- Restituição dessas informações à comunidade;
- Problematização e hierarquização das potencialidades e vulnerabilidades da comunidade;
- Mapeamento das instituições envolvidas;
- Elaboração do PAI;
- Reunião com as instituições envolvidas para definir programas e projetos específicos da comunidade e nomeação do facilitador institucional;
- Elaboração do plano de gestão para acompanhamento das ações propostas;
- Monitoramento e avaliação da execução das ações;
- Elaboração de ações corretivas e replanejamento das ações a cada ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Devemos ser a mudança que queremos ver no mundo”.

Ghandi.

O desenvolvimento do espaço rural tem que ser entendido como algo parecido como um organismo vivo. Ou seja, não adianta dar atenção somente a um, ou a outro tema, ou órgão desse organismo, se não avaliar a dependência e a influência que irão causar nos demais. Um organismo nasce e cresce saudável se estiver satisfazendo às demandas de cada órgão e conseguindo manter-se em equilíbrio. Os ciclos de desenvolvimento também são assim. O desequilíbrio sempre irá causar doença, sofrimento e morte, ou interromper um ciclo de desenvolvimento.

Quanto mais um processo de intervenção atender às demandas específicas de cada comunidade e conseguir manter o equilíbrio das suas ações, mais saudável e sustentável será o desenvolvimento do espaço rural.

Como para a comunidade, também, para o organismo, algumas necessidades são básicas. O ar, a água, alimentos, segurança contra as ameaças climáticas e de outros organismos devem ter prioridades, para evitar a seleção natural e se adaptar melhor aos novos desafios.

Com a utilização do IDCR busca-se dotar os integrantes dos diversos segmentos de beneficiários, de elementos que irão empoderá-los para vencer os novos desafios da sociedade e da natureza. Isso somente será alcançado se todos exercerem os seus plenos direitos e deveres, e estiverem dotados de uma boa capacidade de entendimento. Desse modo, as pessoas irão se sentir mais pertencidas ao processo e com isso, mais sensibilizadas, motivadas e engajadas na gestão social.

É comprometimento de todos aqueles que estão envolvidos no processo construir uma proposta de desenvolvimento do espaço rural participativa, que satisfaça às necessidades da atual geração e encante as gerações futuras.

O levantamento de toda a problemática, o seu debate, a reflexão coletiva e a forma como serão encaminhadas as necessidades das comunidades rurais são etapas de um processo que por si só gera

maior capacidade de entendimento e que certamente irá fazer a comunidade mudar de patamar de desenvolvimento.

Algumas questões são fundamentais para o sucesso da implantação do IDCR na comunidade:

- Ter uma política pública que enfoque o IDCR e possibilite a articulação intersetorial;
- Ter a comunidade o desejo de realizar este projeto;
- Esclarecer a todos que o desenvolvimento é uma conquista e que nada é oferecido de forma gratuita;
- Levar em conta que sem uma boa capacidade de entendimento (dimensão humana), haverá dificuldade de articulação social e de apropriação tecnológica, o que irá comprometer a sustentabilidade ambiental e o crescimento econômico;
- Buscar o comprometimento das organizações sociais e do poder público, para ter determinação política de fazer as coisas acontecerem;
- Explicar que a gestão do desenvolvimento é por processos e não por resultado;
- Sensibilizar e motivar os agentes de desenvolvimento da ATER;
- Capacitar as pessoas que integram os diversos segmentos de beneficiários;
- Empoderar os atores envolvidos;
- Levantar por temas a situação em que se encontra a comunidade;
- Usar as metodologias participativas para problematizar e hierarquizar as potencialidades e vulnerabilidades;
- Atender as necessidades básicas que a comunidade necessita para manter um bom nível motivacional das pessoas;
- Elaborar o Plano de Ações Interinstitucionais com todos os segmentos;
- Articular com as instituições a nomeação dos facilitadores institucionais;
- Negociar diretamente com os facilitadores as demandas eleitas pela comunidade;
- Favorecer o acompanhamento e a transparência do plano para todos os integrantes da comunidade;
- Ter uma proposta para animar continuamente o processo de implantação e acreditar na capacidade das pessoas.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.
- GIOVENARDI, E. **Estructuras de pobreza en el agro.** Colombia, PNUD, 1993.
- JARA, C. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável.** Brasília. IICA, 2001.
- MEIRELLES, M. **Perspectivas teóricas acerca do empoderamento de classe social.** www.ufpel.edu.br/fae/paulofreire/novo/br/pdf/Mauro%20Meirelles%20e%20Thiago.pdf
- RUAS, E. et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR.** Belo Horizonte, março de 2006.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro, 2000.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, A. **O desenvolvimento como expansão das capacidades.** São Paulo. CEDEC. Lua Nova, n.28/29. p. 313-333.1993.
- SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento microregional sustentável: métodos para planejamento local.** Brasília: IICA, 2005.
- VALOURA, L. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador.** http://www.fatorbrasis.org/arquivos/Paulo_Freire.

*“Não penso autenticamente se os outros também não pensam.
Simplesmente, não posso pensar pelos outros nem para os outros e nem
sem os outros”. Paulo Freire*

“A vontade, a coragem e a determinação são as maiores energias do desenvolvimento; e o poder delas é ilimitado!”
Sérgio Orsi

EMATER-DF

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER-DF
SAIN - Parque Estação Biológica, Ed. Sede EMATER - CEP 70770-915 Brasília-DF

Fax: (61) 3340-3006 - Telefone: (61) 3340-3074

www.emater.df.gov.br - E-mail (sac) emater@emater.df.gov.br

Unidades Locais

Alexandre de Gusmão

Quadra 14, Lote 04 - INCRA 08 -
Brazlândia-DF

CEP 72701-970 - Fax: (61) 3540-1280 -
Telefone: (61) 3540-1916

Brazlândia

Alameda Veredinha-s/nº

Área Especial Setor Tradicional

CEP 72720-660 - Fax: (61) 3391-4889
Telefone: (61) 3391-1553

Brasília

SIA Sul, trecho 10 lotes 10/05, Pavilhão
B-8, entreposto - Guarã-DF

CEP 71208-900

Telefone: (61) 3363-1938

Ceilândia

QNP 01, Área Especial, Feira do Produtor
- Ceilândia-DF

CEP 72240-050 - Fax: (61) 3373-3026

Telefone: (61) 3471-4056

Gama

Qd. 01, Área Especial nº 01 - Setor Norte
- Gama-DF

CEP 72430-010 - Fax: (61) 3484-6723

Telefone: (61) 3556-4323

Jardim

Núcleo Rural Jardim, DF 285 - Paranoá-DF

CEP 71570-513

Telefone: (61) 3501-1994

PAD/DF

BR-251 Km 40 - COOPA/DF - Paranoá-DF

Fax: (61) 3339-6559 - Telefone: (61)
3339-6516

Paranoá

Quadra 5, Conj. 3, Área Especial D
Parque de Obras Paranoá-DF - CEP

71570-513

Telefax: (61) 3369-4044 - Telefone: (61)
3369-1327

Pipiripau

Núcleo Rural Pipiripau, Setor
Administrativo - Sede Planaltina-DF

CEP 73307-992 - Fax: (61) 3369-1327

Telefone: (61) 3501-1990

Planaltina

Av. N.S. Projeção "A", SHD

Planaltina-DF

CEP 73310-200 - Fax: (61) 3388-1915

Telefone: (61) 3389-1861

Rio Preto

Núcleo Rural Rio Preto - Sede, DF-320 -
Planaltina-DF

CEP 73301-970 - Fax: (61) 3501-1993

Telefone: (61) 3501-1993

São Sebastião

Centro de Múltiplas Atividades, lote 08

São Sebastião-DF - CEP 71690-000

Fax: (61) 3335-7582

Telefone: (61) 3339-1556

Sobradinho

Qd. 08 - Área Especial 03 - Sobradinho-DF

CEP 73005-080 - Telefax: (61) 3591-5235

Tabatinga

Núcleo Rural Tabatinga - Sede -
Planaltina-DF

CEP 73300-000

Telefone: (61) 3501-1992

Taquara

Agrovia do N. Rural Taquara, AE s/nº -
Planaltina-DF

CEP 73307-991 - Fax: (61) 3483-5950

Telefone: (61) 3483-5953

Local de Vargem Bonita

Núcleo Hortícola Suburbano Vargem
Bonita - Núcleo Bandeirante-DF - CEP

71750-000

Fax: (61) 3380-3746

Telefone: (61) 3380-2080

Regional Oeste

DF-180, Rodovia Brasília/Anápolis, Fz.

Tamanduá

Gama-DF - CEP 70359-970

Fax: (61) 3385-9042 - Telefone: (61)

3385-9043

Regional Leste

BR-020, Km 18 - Rod. Brasília/Fortaleza
- Planaltina-DF

CEP 73310-970 - Fax: (61) 3388-9841

Telefone: (61) 3388-9956

CENTRER - Centro de Treinamento da EMATER-DF

Escola Técnica Federal de Brasília

Unidade Agrotécnica de Planaltina-DF

CEP 73310-000

Telefone: (61) 3467-6318



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

